



da Organização

dos Trabalhadores Comunistas no Sector da Vigilância

BOLETIM MARÇO 2011

19 de Março - a luta necessária

A CGTP-IN promove uma manifestação nacional contra o roubo nos salários dos trabalhadores, contra a precariedade laboral e contra o desemprego galopante que leva a miséria e o desespero a tantos lares. São centenas de milhar os jovens sem trabalho ou com vínculo precário e sem perspectivas de futuro estável. São centenas de milhar os reformados cuja reforma já não chega para pagar as despesas de saúde, alimentação e outras. São também os aumentos dos preços generalizados dos produtos essenciais que atingem toda a população.

Paralelamente, vemos uma minoria a viver faustosamente à boleia da crise que provocaram. Nunca como agora os bancos e, de um modo geral, os grandes grupos económicos tiveram tantos e tão escandalosos lucros.

É contra esta política de classe, ao serviço do capital, levada a cabo pelo governo PS com o apoio do PSD, que leva à miséria os trabalhadores, o povo e o país que vamos participar massivamente na manifestação de 19 de Março em Lisboa.

Os trabalhadores da função pública concentram-se na Rua da Artilharia 1 e os trabalhadores do sector privado na Praça do Saldanha pelas 14.30. Daqui confluirão no Marquês de Pombal com marcha para os Restauradores. Vamos encher a Avenida da Liberdade!

Os vigilantes concentram-se com o seu sindicato representativo, o STAD, junto ao Saldanha.

Vamos todos exigir mais respeito por quem trabalha!

O drama dos salários em atraso e a luta necessária para combater as suas causas

Volta a assistir-se à pouca vergonha dos salários em atraso para além de outros incumprimentos no pagamento das retribuições dos vigilantes. Quem vive dos rendimentos do trabalho sabe o que isto significa. São as contas para pagar por falta de meios, é a instabilidade emocional dos trabalhadores e suas famílias, é a incerteza no futuro que lhe está subjacente.

Este drama, que atinge os vigilantes e os seus familiares tem responsáveis. Para além dos patrões gananciosos, que vivem na fartura à custa do autêntico roubo que fazem aos vigilantes, o governo não está isento de responsabilidades, pois tem à sua disposição os meios de fiscalização para combater estas e outras barbaridades. Que anda a fazer a Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) que depende directamente do Ministério do Trabalho? Como é possível contratar serviços a empresas de segurança privada que são useiras e veseiras no incumprimento para com os seus trabalhadores como aconteceu recentemente com a ASF que faz serviço em Hospitais públicos de Coimbra, na dependência directa do Ministério da Saúde? Ou a Fenix que presta serviços, nomeadamente, na Câmara Municipal de Odivelas, com salários e subsídio de Natal em atraso?

Será que estamos perante alguns conluíus entre entidades públicas e interesses privados que, objectivamente, provocam grandes dificuldades a quem trabalha, levando-os ao desespero? Será que tomaram alguma medida face às situações que se conhecem? É que se não agirem para pôr cobro a estas situações é caso para dizer, como faz o povo, que tão ladrão é o que rouba como o que fica a vigiar.

Estes ataques aos interesses e aos direitos dos trabalhadores têm de ser combatidos, também, com a luta de massas, participando nos protestos contra as políticas que permitem este estado de coisas.

Dia 19 de Março, a CGTP-IN promove uma manifestação nacional em Lisboa. Participa neste combate!

Lutar pelos direitos, pelos salários e pelo emprego

Os ataques aos salários, aos direitos e ao emprego continuam de forma generalizada e brutal, contra os trabalhadores de todos os sectores de actividade e também no sector da vigilância. Seguindo as orientações do governo, no seguimento dos acordos feitos pelo PS e pelo PSD para reduzir despesas do Estado, assistimos à redução do número de vigilantes em empresas públicas como o Metropolitano de Lisboa (2045 e Grupo 8), Campus da Justiça (Prosegur), entre outras. Sabemos que a 2045, para se livrar de trabalhadores, está a oferecer entre 1500 e 2000 euros para a rescisão "amigável" dos contratos, independentemente dos anos de serviço na empresa.

No caso de recusa por parte do trabalhador, a empresa tem tentado enviá-los para postos de trabalho que nalguns casos distam mais de 50 quilómetros do local de residência, o que é ilegal. Além disso, nos termos da cláusula 50ª número 6 do Contrato Colectivo de Trabalho do sector da vigilância, a empresa é obrigada a custear as despesas acrescidas derivadas da mudança de local de trabalho por razões não imputáveis ao trabalhador.

Nas linhas verde e amarela do Metro o Grupo 8 aproveita a actual situação para, a qualquer pretexto, se livrar dos seus trabalhadores, nomeadamente não renovando os contratos a prazo, exigindo aos trabalhadores que se apresentam diariamente barbeados, sob pena de não pegarem ao serviço, etc.

Só a unidade dos trabalhadores enquadrados no seu sindicato pode fazer face a estes e outros ataques do patronato, suportado por um governo ao serviço dos grandes grupos económicos e financeiros.

A organização unitária dos trabalhadores é essencial para defenderem os seus interesses e direitos. É necessário reforçar essa organização, a partir da empresa/local de trabalho, elegendo delegados sindicais e participando activamente na vida do sindicato e nas lutas do Movimento Sindical Unitário de classe, representado pela CGTP-IN, contra o roubo nos salários e direitos e contra os despedimentos.

O PCP, estará sempre ao lado dos trabalhadores e do povo em defesa dos seus interesses.



Estatutos do PCP

Artº 1º - O Partido

**O Partido Comunista Português (PCP),
fundado em 6 de Março de 1921,
é o partido político do proletariado,
o partido da classe operária
e de todos
os trabalhadores portugueses.**

90 anos de vida ao lado dos trabalhadores e do povo

O PCP foi criado a 6 de Março de 1921 e surgiu da necessidade sentida pela classe operária e demais trabalhadores em terem um Partido que desse dimensão política à luta pela satisfação dos seus anseios de uma vida digna, liberta da exploração capitalista. Ao longo destes 90 anos o PCP esteve sempre com as justas lutas dos trabalhadores e do povo, mesmo enfrentando a mais feroz repressão fascista, sem nunca abdicar dos valores e ideais que estiveram na base da sua constituição.

Nos tempos conturbados que vivemos podemos e devemos olhar o passado com orgulho por havermos honrado os nossos compromissos com os trabalhadores, o povo e o país, sempre empenhados na defesa dos seus interesses e com vigor renovado na luta pela constituição de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária, a sociedade socialista.

Os trabalhadores, o povo e o país podem contar sempre com o PCP!



Organiza-te! Junta-te a nós!

Envia esta ficha para Av. Liberdade 170, 1200-Lisboa,
ou para o email: sector_vpl@dorl.pcp.pt

Nome:

Contacto: